



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 114

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 114

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 09

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão/Votação

Redação Final 12

3ª Discussão 12

2ª Discussão 12

1ª Discussão 12

Requerimentos 17

Encerramento da Sessão 19

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 19

DIÁRIO Nº 114

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

19 DE SETEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas

Fabrizio, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Pastor Edson Praczyk, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Mamede, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (08).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Nereu Moura e Ney Leprevost (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº CCE/CC 1784/07 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil do Estado - em exercício, em resposta do pedido de informações, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimento sobre o sinal de TV do canal 48 na cidade de Campo Mourão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº GS/0654/07 do Sr. Valter Bianchini - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta do pedido de informações, requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, que pede esclarecimentos e cópia da conclusão dos estudos produzidos pelo grupo de trabalho instituído pela Resolução nº 017/06. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

OFÍCIO CEE/G nº 082/07

Curitiba, 19 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. nos termos constitucionais, que estarei afastado do país no período de 19 a 24 de setembro de 2007, em viagem à Argentina, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público.

Atenciosamente.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Indicações

INDICAÇÃO Nº 294/07

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social que dedique uma especial atenção ao atendimento das necessidades do Centro de Recuperação Infantil Santa Clara, de Goioerê.

Ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O Centro de Recuperação Infantil Santa Clara necessita da aquisição de um veículo para o transporte de crianças de 01 a 06 anos de idade, dos bairros Vila Candeias, Jardim Galiléia, Jardim Primavera e Jardim Universitário.

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Associação nos dando a informação de que atendem à 250 crianças e adolescentes no regime de semi-internato, das 07h30 às 17h30 de segunda a sexta-feira.

IV - Informamos, ainda, que as crianças que necessitam do transporte ora pleiteado são encaminhadas por médicos e pelo Poder Público, pois precisam de cuidados especiais na alimentação, nos medicamentos, na puericultura e também orientação.

V - Importante salientar que a entidade possui:

- Certificado de Filantropia
- Registro de CNAS
- Utilidade Pública Federal
- Utilidade Pública Estadual
- Utilidade Pública Municipal.

VI - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade e segurança da execução de fins tão nobres.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 295/07

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social que dedique uma especial atenção ao município de Londrina.

Ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Possibilitar a instalação de sede da Associação de Assistência à Criança Deficiente no município de Londrina.

II - A razão de pleito dá-se pela carência de instituições que proporcionem tratamento de habilitação e reabilitação para crianças, adolescentes e adultos com deficiência e que ofereça, além do tratamento clínico e cirúrgico, capacitação para a inclusão desses na escola, na família e no ambiente social e de trabalho.

III - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Câmara Municipal de Londrina nos solicitando intervenção para a sensibilização de nossos governantes ao atendimento desta necessidade do município e região.

IV - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade e segurança do ensino, além de proporcionar o atendimento de toda aquela região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 296/07

SÚMULA:

Propõe a celebração de convênio com o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária - no sentido de promover a isenção ou redução da alíquota do ICMS para o Conjunto de Equipamentos de Proteção Individual para a aplicação de agrotóxicos.

Aos Exmos. Srs. Governador do Estado do Paraná, Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a iniciativa de V. Exa. no sentido de que proceda a celebração de convênio com o CONFAZ, com escopo de conceder isenção, ou, caso não seja possível, a redução de alíquota de ICMS ao Conjunto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para a aplicação de agrotóxicos. Ainda que seja implementada a classificação do EPI nos códigos NBM/SH, para que tenha a sua categoria adequada às hipóteses de alíquotas no artigo 14 da Lei Estadual nº 11580/96.

Tal medida se faz necessária na medida em que passa a incentivar, de forma gradativa, ao uso do chamado EPI, que já é de uso obrigatório aos aplicadores e manuseadores de agrotóxicos, segundo Norma Regulamentar do Ministério do Trabalho (NR-31). Portanto, tal redução de carga tributária é necessária dada a própria importância do EPI, pelas, dentre outras, seguintes razões:

I - Os EPIs são vestimentas especialmente desenvolvidas para proteger o aplicador de agrotóxicos contra a deriva da névoa gerada em aplicações de agrotóxicos.

II - Essa proteção se dá pela barreira que o EPI oferece através de hidropelência, para que a névoa não entre em contato com a pele do aplicador, e por consequência não alcance a corrente sanguínea, evitando as consequências maléficas decorrentes.

III - O estado do Paraná já concede diferimento do ICMS para os agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, nematicidas, herbicidas, etc), que é nesse caso, o agente causador de uma possível intoxicação. Por outro lado tributa em 18% a vestimenta de proteção (EPI) para o aplicador que nesse caso vai ser o agente que vai proteger o mesmo dessa possível intoxicação. Há uma incompatibilidade.

IV - Hoje no Brasil estima-se que apenas de 5 a 10% dos aplicadores utilizam-se dos EPIs preconizados pela legislação.

V - Relação 1:4 = a cada R\$ 1 que se investe em prevenção (nesse caso seria a perda de receita que o estado do Paraná teria com a isenção ou diferimento do ICMS), poupa-se pelo menos R\$ 4 em custos para "curar" as consequências trazidas pelo fato, no caso, custos hospitalares para curar os intoxicados.

VI - A perda de receita pelo Paraná nesse momento nem seria tão grande, pois se considerarmos que tenhamos nas cerca de 300 mil propriedades rurais e nestas, 200 mil aplicadores de agrotóxicos e que 10% compre 1 EPI por ano ao valor médio de R\$ 55 cada EPI, estamos estimando então que o estado abriria mão de aproximadamente apenas R\$ 200 mil em ICMS. Esses são dados estimativos.

VII - O EPI é um insumo tão necessário para o produtor rural quanto é o fertilizante, a semente ou o defensivo. Prova disso é que a própria lei (NR-31) obriga a sua utilização.

VIII - O tratorista aplicador de agrotóxicos, segundo trabalhos científicos, recebe uma carga de 39,72 ml de cada agrotóxicos por jornada de trabalho. Isso é o mesmo tanto que fossem feitas de 3 a 4 passadas pulverizando diretamente sobre o corpo do aplicador. E o EPI protege em mais de 95% dessa carga.

IX - Quanto à tributação entre contribuintes do ICMS, quando se vende para contribuintes dos estados do norte-nordeste, centro-oeste e Espírito Santo, o EPI é tributado em 7% contra 12% para os estados do sul.

Frente ao exposto, através desta indicação, exaltamos a importância do EPI, e a conseqüente necessidade de diminuição em sua carga tributária, por tratar-se de uma medida de imediato apoio ao combate de doenças causadas por agrotóxicos, sendo a saúde pública o foco imediato de atendimento ao interesse público neste caso.

Portanto, tendo em vista que antes de qualquer medida legislativa no sentido de isenção ou minoração da alíquota de ICMS (Lei Estadual nº 11580/96) é necessária a celebração pelo estado de convênio com o CONFAZ, sugerimos esforços de V. Exas. na implementação de tal medida, para que, em sendo firmado tal convênio, possa o Poder Legislativo alterar a legislação tributária estadual sem qualquer óbice constitucional

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ELIO RUSCH

INDICAÇÃO Nº 297/07

SÚMULA:

Indica à SANEPAR a realização de obras de saneamento rural das estradas Ipanema, Sambaíba e Comunidade do Bispo, no município de Indianópolis.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado à SANEPAR, através do respectivo Diretor-Presidente, Exmo. Sr. Stênio Jacob, solicitando do mesmo a realização de obras de saneamento rural das estradas Ipanema, Sambaíba e Comunidade do Bispo, no município de Indianópolis.

Trata-se de reivindicação já feita à SANEPAR, tendo em vista a necessidade de melhoria da qualidade de vida das comunidades afetadas.

O investimento solicitado é essencial para a fixação das oportunidades no campo.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 20 de setembro.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) BETI PAVIN

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a compromissos anteriormente assumidos.

REQUERIMENTO Nº 2816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 19 do mês corrente, por motivo de viagem.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para o dia 19 de outubro de 2007 (sexta-feira) das 8 às 18h, para realização do Seminário Paranaense de Educação Infantil proposto pela Comissão de Educação da Assembléia.

O evento será realizado em parceria com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), com representação no estado; com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) do Paraná e o gabinete do Deputado Pedro Ivo (PT).

Requer também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos, assim como dos serviços de taquigrafia e fotógrafo desta Casa.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do PT, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por 5 Sessões, o Projeto de Resolução nº 027/07, de autoria da Mesa Executiva, que cria o COPELEGIS.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução que cria o Centro de Operações Legislativas, junto à estrutura organizacional da Assembléia, é de grande relevância para o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Por esse motivo, se requer tempo para análise e eventual aperfeiçoamento do mesmo.

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, SOLICITA, após ouvido o douto Plenário, do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, cópia do DVD, CD, pen drive, disquete, etc., apresentado pelo Ilmo. Sr. Presidente da FERROESTE na reunião entre a AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - e a CACIOPAR - Coordenadoria das Ações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, na data de 14 de setembro de 2007.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Garcia pelo falecimento do Sr. Otávio Antonio Pedriali, ocorrido no último dia 15.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à viúva, Sra. Ida Garcia Pedriali e familiares, no endereço: Av. Celso Garcia Cid, 1100, CEP 86039-000 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O empresário Otávio Antonio Pedriali, falecido aos 83 anos, se tornou um dos principais exemplos de persistência para o desenvolvimento do norte e do estado do Paraná. Filho de Olinto Pedriali e Malvina Poppi Pedriali, participou ativamente no processo de gestão que tornou a Viação Garcia uma das melhores empresas de transporte rodoviário do Brasil, no quesito Satisfação do Cidadão - Usuário.

Otávio também foi um dos pioneiros de Londrina, terra que adotou em seu coração para amar. Depois da família, a outra paixão que sempre falou mais forte foi a agropecuária. Dedicou-se ao aprimoramento da atividade em várias frentes, mas principalmente no melhoramento de bovinos.

Com o passar dos anos, foi revelando mais uma paixão: a de usar escrita para registrar sua opinião em forma de crítica, protesto ou homenagem.

Otávio Antonio deixa viúva a Sra. Ida Garcia Pedriali e 4 filhos: José Paulo, Roberto, Fábio e Ana Lúcia.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Garcia, endereçando a eles, voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Erli Martins Oliveira, ocorrido no dia 17 passado.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Liege Schmidt Pinto, ocorrido no último dia 10.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Haroldo Schwab, ocorrido no dia 13 passado.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio de Jesus Ferreira, ocorrido dia 15 de setembro/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu no município de Clevelândia, o Sr. Cláudio de Jesus Ferreira.

Deixou viúva a Sra. Alzira de Jesus Ferreira. Deixou ainda 5 filhos, 10 netos e 1 bisneto.

O Sr. Cláudio de Jesus Ferreira era ex-Prefeito e ex-Vereador do município de Clevelândia. Também era industrial naquele município.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e correligionários, dentre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Cláudio de Jesus, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ferreira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas legais, constitucionais e regimentais, em atenção ao despacho de fls. 4 do Protocolo nº 9639, de 17 de setembro de 2007, em que se pede a realização de exame grafotécnico para identificar o autor de assinatura em Proposta de Emenda Constitucional que veda a prática do nepotismo no estado do Paraná, vem mui respeitosamente à vossa presença para informar o que segue.

Após cuidadosa análise de diversas proposições assinadas por diferentes Deputados desta Casa Legislativa, conclui-se tratar de assinatura do Deputado Estadual Dr. Batista.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, acerca dos gastos despendidos em função da construção de hospitais públicos no estado do Paraná, no período de 1º de janeiro de 2007 até a presente data, com recursos próprios do orçamento estadual, excedendo-se os convênios com outras esferas do Poder Público.

Requer-se, ainda, o envio da planilha de custos das referidas obras e a discriminação da fonte de recursos financeiros para a implementação de cada obra.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 693/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedada no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a instauração de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos.

Parágrafo Único. O procedimento administrativo de que trata este artigo somente será recebido e processado desde que contenha a qualificação completa do requerente ou denunciante, a sua assinatura acompanhada de fotocópia de documento válido de identificação.

Art. 2º Os documentos ou requerimentos desprovidos dos requisitos contidos na presente lei serão registrados em livro próprio e, se não ratificados pelo denunciante ou requerente em 15 (quinze) dias, serão devidamente remetidos ao arquivo.

Parágrafo Único. Os documentos ou requerimentos arquivados com fundamento no *caput* deste artigo ficarão gravados com cláusula de sigilo absoluto, sob responsabilidade da autoridade competente.

Art. 3º Os procedimentos administrativos que estejam em curso e que não contenham os requisitos ora estabelecidos, deverão ser arquivados, de acordo com o artigo 2º, parágrafo único desta lei.

Art. 4º Fica proibido o fornecimento de informações, o atendimento de requisições ou quaisquer esclarecimentos acerca dos procedimentos viciados pelo anonimato, sob as penas da lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Mamede, Alexandre Curi, Beti Pavin, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Durval Amaral, Plauto Miró, Luiz Malucelli, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Pastor Edson Praczyk, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Reni Pereira, Cida Borghetti, Nelson Justus, Stephanes Júnior, Dr. Batista, Artagão Júnior, Luiz

Claudio Romanelli, Cleiton Kielse, Felipe Lucas, Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Elio Rusch, Antonio Anibelli e 6 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o disposto no inciso IV, do artigo 5º, da Constituição Federal, que determina *ser livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato*;

Considerando que a mesma Constituição Federal assegura no seu artigo 5º, inciso V, que é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem;

Considerando que a adoção de medidas administrativas é vedada mediante denúncia anônima;

E por considerar que o anonimato no âmbito administrativo é uma prática antidemocrática, estamos apresentando o presente projeto de lei, contando com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 694/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do estado do Paraná o Dia do Alfabetizador, a ser comemorado anualmente no dia 19 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19. 09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de justa homenagem ao educador Paulo Régis Neves Freire, educador pernambucano, nascido em 19 de setembro de 1921 na cidade de Recife. Foi alfabetizado pela mãe, que o ensinou a escrever com pequenos galhos de árvore no quintal da casa da família. Com 10 anos de idade, a família mudou para a cidade de Jaboa-tão.

Na adolescência, começou a desenvolver um grande interesse pela língua portuguesa. Com 22 anos de idade, Paulo Freire começou a estudar Direito na Faculdade de Direito do Recife. Enquanto cursava a faculdade de Direito, casou-se com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira. Com a esposa, teve 5 filhos e começou a lecionar no Colégio Oswaldo Cruz, em Recife.

No ano de 1947, foi contratado para dirigir o Departamento de Educação e Cultura do SESI, onde entrou em contato com a alfabetização de adultos. Em 1958, participou de um congresso educacional na cidade do Rio de Janeiro. Neste congresso, apresentou um trabalho importante sobre educação e princípios de alfabetização. De acordo com suas idéias, a alfabetização de adultos deve estar diretamente relacionada ao cotidiano do trabalhador. Desta forma, o adulto deve conhecer sua realidade para poder inserir-se de forma crítica e atuante na vida social e política.

No começo de 1964, foi convidado pelo Presidente João Goulart para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Logo após o golpe militar, o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado uma ameaça à ordem, pelos militares. Viveu no exílio no Chile e na Suíça, onde continuou produzindo conhecimento na área de educação. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, foi lançada em 1969. Nela, Paulo Freire detalha seu método de alfabetização de adultos. Retornou ao Brasil no ano de 1979, após a Lei da Anistia.

Durante a prefeitura de Luiza Erundina em São Paulo, exerceu o cargo de Secretário Municipal da Educação. Depois desse importante cargo, onde realizou um belo trabalho, começou a assessorar projetos culturais na América Latina e África. Morreu na cidade de São Paulo, de infarto, em 02 de maio de 1997.

Embora suas idéias e práticas tenham sido objeto das mais diversas críticas, é inegável a sua grande contribuição em favor da educação popular. publicou várias obras que foram traduzidas e comentadas em vários países. Suas primeiras experiências educacionais foram realizadas em 1962, em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde 300 trabalhadores rurais se alfabetizaram em 45 dias. Participou ativamente do MCP (Movimento de Cultura Popular) do Recife. Suas atividades foram interrompidas com o golpe militar de 1964, que determinou sua prisão. Exilou-se por 14 anos no Chile e posteriormente viveu como cidadão do mundo. Com sua participação, o Chile, recebeu uma distinção da UNESCO, por ser um dos países que mais contribuíram à época, para a superação do analfabetismo.

Em 1970, junto a outros brasileiros exilados, em Genebra, Suíça, criou o IDAC (Instituto de Ação Cultural), que assessorou diversos movimentos populares, em vários locais do mundo. Retornando do exílio, Paulo Freire continuou com suas atividades de escritor e debatedor, assumiu cargos em universidades e ocupou, ainda, o cargo de Secretário Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, na gestão da Prefeita Luiza Erundina, do PT.

Algumas de suas principais obras: *Educação com Prática de Liberdade*, *Pedagogia do Oprimido*, *Cartas à Guiné Bissau*, *Vivendo e Aprendendo*, *A importância do ato de ler*.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Ontem, levantamos a questão de ordem aqui, porque estava na pauta um projeto que dá aumento salarial ao pessoal da ativa e aos inativos do Tribunal de Justiça. Colocamos a nossa posição favorável a esses servidores da ativa e aos inativos do Tribunal de Justiça, mas, entendi que ficou acertado aqui que esta Casa não aprovaria mais aumento para nenhum outro Poder sem antes conceder o que era justo também para todos os servidores

e servidoras desta Assembléia Legislativa. Pelo jeito, Presidente Augustinho Zucchi, o que foi discutido na Sessão de ontem, parece que morreu ontem mesmo, porque está na pauta, de novo, este Projeto nº 552/07, que vai conceder aumento a todos os servidores do Tribunal de Justiça, inclusive para os aposentados que têm direito e merecem aumento.

Os servidores e servidoras da Assembléia Legislativa, pelo jeito vão ficar apenas nos discursos, nos tapinhas nos ombros, na solidariedade, na teoria, porque pelo que estávamos vendo aqui, na prática, os nossos servidores da Assembléia Legislativa, lamentavelmente, vão continuar em jejum. Vamos continuar aqui, votando aumento para o Poder Executivo, votando aumento para o Tribunal de Justiça, e nada de aumento para os valorosos servidores e servidoras desta Assembléia Legislativa.

Lamento. O que foi discutido ontem, 24 horas depois, já não tem mais validade, porque está na pauta de novo esse projeto para os servidores do Tribunal de Justiça e, nada de aumento para os servidores da Assembléia Legislativa. É uma decepção! É uma frustração a todos aqueles que trabalham nesta Casa com tanto amor. Está dando a impressão que eles não têm valor nenhum, porque aprovamos o aumento para os demais e é aquela história: “Santo da casa não faz milagre”, estamos deixando de lado aqueles que trabalham com tanta competência nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Belinati, V. Exa. na data de ontem, fez, na verdade é uma sugestão, porque não foi deliberado em Plenário que não se votaria nenhum projeto de aumento para nenhum dos outros Poderes, enquanto não se votar isso aqui.

Na verdade, precisaria ter sido votado. Mas, veja bem, o projeto saiu da Ordem do Dia ontem, porque não tinha o parecer da Comissão de Finanças. Voltou, após o parecer, o que não tira a colocação meritória, vez de que, realmente, há uma situação de que os funcionários desta Casa precisam ter o reajuste dos seus salários, e V. Exa. faz com muita justiça esta colocação.

Agora, só digo que - pelo menos foi esta a decisão do Plenário - não se votaria mais; entendeu-se por força daquilo que estava ali. Então, talvez daqui para frente V. Exa. possa fazer até um requerimento por escrito para que não sejam mais colocados na Ordem do Dia projetos dessa natureza. Mas, esse projeto já estava na Ordem do Dia e portanto deverá ser votado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Então, faço o apelo, porque V. Exa. é da Comissão Executiva da Casa. Até onde entendo, o projeto de resolução terá que partir da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E é sabido que leva 2 minutos para um datilógrafo sentar - aliás, não é nem datilógrafo, basta um computador - e preparar um projeto de resolução para estender o aumento salarial também para os servidores da Assembleia Legislativa.

Faço este apelo ao alto espírito humanitário de V. Exa., para que a Mesa Executiva traga, mas traga com urgência, não vamos ficar protelando, deixando para o mês que vem, para o ano que vem, porque já passou da hora de ser concedido esse aumento para quem trabalha nesta Casa, ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda sobre a mesa um comunicado oficial do Sr. Governador Roberto Requião, dizendo que nos termos constitucionais estará afastado do país no período de 19 a 24 de setembro, em viagem à Argentina, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch. Antes, porém, comunico que estamos recebendo a visita dos alunos de 3ª e 4ª séries, representando a Cidade Mirim do Colégio OPET do Bom Retiro, aqui em Curitiba. Agradecemos a presença dos alunos que aqui estão. Agradecemos as professoras responsáveis, Andréia Costa e Luciane Ravachi. Muito obrigado pela presença.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para deixar registrado nos Anais desta Casa e aquilo que a imprensa brasileira tem noticiado no dia de ontem e no dia de hoje, os jornais têm republicado, a primeira fase do relatório da CPI do caos aéreo instalado no nosso país.

Só gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, principalmente aos Deputados da Bancada do PT, dizer que o Deputado Marco Maia, Relator dessa CPI do Apagão Aéreo, ele é do Rio Grande do Sul e sugere que seja vendida 49% da INFRAERO para a iniciativa privada.

Entende o Deputado do PT e o Relator da CPI do Apagão Aéreo que é a única forma de alavancar recursos para a infra-estrutura necessária para os nossos aeroportos que vivem o caos no nosso país. Não sou eu quem digo isso, quem diz isso é um Deputado do PT e que é Relator da CPI lá do Congresso Nacional, e com toda certeza, com profundo conhecimento e com estudo muito consistente ele deve ter sugerido isso no seu relatório, deve ser aprovado e levado para o Plenário.

Pois bem, enquanto todos os Governos procuram desestatizar obras e algumas empresas do nosso país,

aqui no Paraná estamos na contramão. Quando o Governo Federal procura desestatizar a conservação de algumas rodovias, o Paraná procura estatizá-las. Por essa razão, espero que eu possa ter aprovado no dia de hoje, porque entendo que os primeiros recursos do Governo do Estado do Paraná deveriam ser investidos no estado do Paraná na saúde e na segurança pública. A saúde está um caos. O Governo do Estado, no ano passado, na sua campanha, fez uma propaganda muito grande, muito ampla em relação à construção dos hospitais regionais. Gostaria de saber - e por essa razão estou entrando hoje com um pedido de informações, espero ter a concordância dos Srs. Deputados - quanto o Governo do Estado já tem gasto neste ano com construções em hospitais, mas recursos do orçamento próprio, não convênio e não repasses para municípios ou convênios com o Governo Federal; saber quanto o Governo do Estado tem gasto este ano na construção dos hospitais públicos do nosso estado. Esta seria a colocação que eu queria fazer hoje, Sr. Presidente, para que fique registrado efetivamente.

Poderíamos ir mais além ainda, Deputado Rossoni, poderíamos pegar a questão dos portos, que é uma preocupação muito grande, precisamos de infra-estrutura, sim. Aeroportos, infra-estrutura é necessária.

O oeste do Paraná, aqui temos uma bancada muito forte do oeste, que lutam desesperadamente para a construção do aeroporto regional entre Toledo e Cascavel, nem tanto para passageiros, mas muito mais para as cargas, porque temos hoje uma infinidade muito grande de indústrias lá na nossa região, que seus produtos são exportados, e precisamos dessa infra-estrutura. O estado do Paraná precisa da infra-estrutura através das suas rodovias, sejam elas federais ou estaduais, aliás, as estaduais estão acabadas, Deputado Valdir Rossoni, eu já disse, mas tem que continuar lembrando, as rodovias estaduais estão acabando no estado do Paraná. Aquela operação tapa-buracos que foi feita, estão fazendo agora, jogando uma massa asfáltica em algumas "panelas", alguns buracos, mas na primeira chuva vai embora de novo e as rodovias continuam abandonadas.

Por outro lado, o Governo pretende então gastar, participar de uma licitação para gastar R\$ 9 bilhões, 600 milhões em uma atividade que poderia receber os recursos muito bem da iniciativa privada, que são exatamente as concessões das rodovias que haverão de acontecer com a licitação nos primeiros dias.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há mais oradores no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, Deputado Ademar Traiano.

(Declina)

Horário das Lideranças: PTB, PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV; Bloco PPS/PMN, Democratas, PP, PT,

PSDB, PMDB. Com a palavra, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, o Deputado Luiz Accorsi solicita a esta presidência que anuncie aqui a presença do Vereador de Colombo, Sr. Marcos Berleze. Seja bem-vindo!

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma honra receber aqui um Vereador da progressista cidade de Colombo.

Hoje é dia 19 de setembro. Quem é educador sabe o significado desse dia. Hoje é dia de nascimento do maior alfabetizador e construtor da moderna pedagogia, que possibilitou os jovens e adultos aprenderem a ler e escrever.

Encaminhei à Mesa um projeto de lei para que esta Casa vote e estabeleça sempre, anualmente, no dia 19 de setembro, no âmbito do estado do Paraná, o Dia do Alfabetizador. Uma homenagem que esta Casa prestará a todos que dedicam a sua vida ao magistério. Todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, constroem uma realidade diferente, iluminado as mentes, especialmente daquelas pessoas que, no tempo regular de frequentar a escola, não puderam fazê-lo.

Esta data é significativa. A melhor forma que encontrei em chamar esta data de Dia do Educador de jovens e adultos, mais do que tudo, é o dia de quem alfabetiza. Certamente é um grande desafio na sociedade que ainda temos. No Paraná ainda temos mais de 400 mil pessoas a serem alfabetizadas. Por isso, quero registrar aqui este projeto de lei.

Quero aproveitar para dizer que hoje presenciei um momento, também, fantástico. Durante o período eleitoral, conheci uma professora que é Diretora do CEEBJA-Paulo Freire. Esse CEEBJA tinha uma precária condição de funcionamento, ali na sete de setembro. Uma grande demanda social e atendendo quem mais precisa.

Hoje pela manhã, junto com o Governador Roberto Requião, o Secretário Maurício Requião, a Diretora Terezinha, as Chefes de Núcleo Sul e Norte professoras Sheila e Joana, centenas de alunos e professores, inauguramos as novas instalações do CEEBJA-Paulo Freire, localizado na Almirante Gonçalves, ali onde funcionava o Colégio da Polícia Militar.

É uma coisa fantástica ver as pessoas que, no tempo regular, não tiveram acesso à escola, estarem lá hoje dando grandes demonstrações de amor àquela instituição. E o estado cumprindo uma tarefa fundamental de promover a inclusão social através da educação.

Por isso, o nosso projeto de lei, que procura transformar o dia 19 de setembro no Dia do Alfabetizador e

também registrar a inauguração do CEEBJA-Paulo Freire naquelas instituições onde funcionava o Colégio da Polícia Militar e que, hoje, enfim, com mais de 20 salas de aulas; já com sistema inclusive, da tecnologia da informação; com as famosas televisões laranjas já instaladas naquela edificação, com as condições adequadas para poder promover a qualidade de ensino.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só para dizer, Deputado Romanelli, ainda neste campo que V. Exa. está falando, vou falar no dia de amanhã, mas em Ponta Grossa foi constituída uma escola, um CEEBJA também, na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. Esse grupo de professores que está trabalhando ganhou um prêmio nacional. Dentro da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, um grupo de professores, uma escola colocada dentro da peninteciária, ganhou um dos melhores prêmios do país, recebeu até um dinheiro - R\$ 10 mil de prêmio - que está sendo investido lá nessa escola dentro da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Em alguns lugares do Paraná, os professores dão aula diante das grades. Lá é diferente dos outros: lá em Ponta Grossa, as professoras dão aula com os detentos em sala de aula, normalmente. Sem sombra de dúvida, é um grande projeto que vou falar, amanhã. Aproveitando, poderia até falar hoje, mas já passou do horário, mas quero aproveitar o aparte de V. Exa. para dizer que é um grande trabalho constituído por professoras estaduais dentro da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Essa escola, criada dentro da penitenciária, hoje, inclusive, tem alunos já fazendo faculdade em Ponta Grossa. Então, hoje, com muito orgulho, o melhor CEEBJA do país. Fica o registro de que vou trazer, amanhã, os documentos e que vou fazer um voto de aplausos às professoras, à Diretora daquela escola. É o melhor do país. Ganhou um prêmio nacional dentro da penitenciária estadual. Esse é o prêmio que se dá à educação.

Então, neste dia, quero deixar este registro e, amanhã, vou fazer um amplo relato para homenagear aquelas professoras que dão aula junto com os presidiários, sem problema nenhum, e muitos deles já estão indo para a universidade e estão arrumando trabalho. Olha, é um espetáculo! É um projeto renovador e que nos deixa feliz.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito!

Penso que a educação de jovens e adultos é um dos maiores desafios que tem a nossa cidade. Esse exemplo citado por V. Exa. é um grande exemplo, justamente por estar promovendo ao detento a oportunidade de se qualificar e, depois, acessar o mercado de trabalho quando terminar o cumprimento da pena.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que tenho que reconhecer que essa área nossa da educa-

ção, no nosso estado do Paraná, é fantástica, graças à sensibilidade do Governador Requião e à competência do Secretário Maurício Requião. Temos mais de 55 mil professores na rede pública. O estado do Paraná, muito provavelmente, no mês de novembro, lança um novo concurso para contratar de 14 a 17 mil professores, justamente para evitar os contratos temporários que, efetivamente, têm que ser suprimidos. Os professores têm que ser efetivos, têm que ter contrato de trabalho estatutário.

Quero reconhecer aqui, uma grande parceria com a Associação dos Professores do Paraná - APP Sindicato - num processo de diálogo permanente com a instituição. Isso tem construído, em cada uma das salas de aula, em cada um das Diretoras, Vice-Diretoras, pedagogas e pedagogos, enfim, todos aqueles que participam do processo educacional, um aporte muito importante na nossa sociedade. Por isso que, muitas vezes, ouço alguns discursos aqui na Assembléia Legislativa e, confesso, fico frustrado, porque há uma distância muito grande entre os discursos e aquilo que acontece na nossa sociedade; aquilo que é feito pelo Governo, de fato extremamente positivos, extremamente importantes para a nossa sociedade.

Quero registrar, com alegria, primeiro, este projeto que estamos propondo, que espero seja aprovado por esta Casa, estabelecendo o dia 19 de setembro com o Dia do Alfabetizador, em homenagem ao grande educador Paulo Freire, transformador, que com um instrumento moderno, que foi a pedagogia do oprimido, conseguiu, de fato, resgatar muito da identidade do povo brasileiro.

Registrar, hoje, a inauguração das modernas instalações, do CEEBJA-Paulo Freire, tão bem dirigido pela professora Terezinha, que com competência consegue fazer uma gestão, com ânimo e vontade muito grande.

Eu como Parlamentar, que participei de um processo eleitoral recentemente, quero dizer que fico feliz, Presidente, de termos conseguido cumprir um dos compromissos, com o atendimento que foi dado pelo Secretário Maurício Requião, fruto da reivindicação daquela comunidade do Paulo Freire, que hoje viu tornar-se realidade as suas modernas instalações.

Os meus aplausos ao Governador Requião, ao Secretário Maurício Requião e à Diretora, professora Terezinha, além da Chefe do Núcleo da região da nossa Curitiba, professora Sheila.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Apenas para registrar a presença, na tribuna, do Vereador Antoninho Chechi, Vice-Presidente da Câmara

Municipal do município de Palotina, que prestigia a Sessão do dia de hoje.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Também para registrar a presença entre nós, das Lideranças de Mamborê, dos Vereadores Nei e Dorneles Júnior.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Estou encaminhando à Mesa a resposta à solicitação que foi feita, ontem, protocolada pela mesma, a respeito do pedido de informações do Presidente da Assembléia sobre a assinatura na PEC. Estou protocolando em 3 vias, a resposta em minhas mãos. Estou encaminhando - conversei com o Presidente Nelson Justus - tenho até 17h, mas estou protocolando, agora porque o Presidente tem compromisso às 16h.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Indicação nº 294/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que dedique uma especial atenção ao atendimento das necessidades do Centro de Recuperação Infantil Santa Clara, na cidade de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 295/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que dedique uma especial atenção ao município de Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 296/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, propondo aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Secretário de Estado da Fazenda, a celebração de convênio com o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, no sentido de promover a isenção ou redução de alíquota do ICMS, para o Conjunto de Equipamentos de Proteção Individual para a aplicação de agrotóxicos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 297/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da SANEPAR a realização de obras de saneamento rural das estradas Ipanema, Sambaíba e Comunidade do Bispo, no município de Indianópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Traiano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2809, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 20 de setembro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2816, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 19 do corrente mês, por motivo de viagem. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que regulamenta a propaganda oficial em jornais do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, para encaminhar?
(Assentimento)

Quero destacar a importância do projeto do Deputado Ney Leprevost, que pretende moralizar e prevê uma possível utilização, que abre da noite para o dia, para poder fazer publicações oficiais do Governo do Estado. Inclui uma emenda na CCJ estendendo também essa exigência para os Executivos municipais, de forma que a partir de janeiro de 2007, todas as publicações deverão ser feitas em jornais que tenham pelo menos 2 anos de circulação ininterrupta. Isso vai evitar, principalmente no ano que vem, que é um ano de eleição, que abram jornais e comecem a fazer publicações dos governos municipais.

Acho que é uma medida moralizadora, que será importante não só para o Governo do Paraná, como previa a redação inicial do projeto, mas também para todos os Executivos municipais do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aprovado.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na administração pública do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Joel Malucelli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/07, de autoria da Comissão Executiva, que cria o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS, junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2820, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 3 (três) Sessões do Projeto de Resolução nº 027/07.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil às autoridades competentes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDD-MCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/07, de 28/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil às autoridades competentes.

Em análise ao projeto ora citado, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 389/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil às autoridades competentes em estabelecimentos de saúde da rede pública e privada.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

A Comissão de Saúde Pública apóia a proposição, a qual estabelece medidas preventivas de proteção à saúde de infantes com obesidade.

Com efeito, este projeto se afigura de fundamental importância para salvaguardar a saúde de crianças em idade na qual ainda é possível estabelecer tratamentos que visam evitar doenças as quais, na adolescência ou até na idade adulta, possam vir a se manifestar, como por exemplo, diabetes, hipertensão, cardiopatia etc.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste Relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Saúde Pública, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 389/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil às autoridades competentes.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça em relação à constitucionalidade e legalidade e da Comissão de Saúde Pública sobre sua viabilidade.

A esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente cabe examinar a matéria sob a ótica do mérito dos direitos das crianças e

dos adolescentes relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos termos do artigo 33, parágrafo 15 do Regimento Interno deste Poder.

O presente projeto vem buscar o envolvimento do Conselho Tutelar na defesa da saúde no que tange o quadro de obesidade infantil, e tem como prioridade o bem-estar do jovem.

Pelo exposto, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 29.08.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 389/07

Art. 1º Os hospitais, clínicas e postos de saúde da rede privada ou pública, localizadas no estado do Paraná, ficam obrigados a alertar os pais ou responsáveis de casos de obesidade infantil e de desnutrição.

Parágrafo Único. Em caso do não atendimento comprovado dos pais ou responsáveis, os hospitais, clínicas e postos de saúde da rede privada ou pública, localizadas no estado do Paraná, deverão comunicar aos Conselhos Tutelares.

Art. 2º Caberá aos Conselhos Tutelares zelar pelo bem-estar da criança ou adolescente, conforme artigo 136 da Lei Federal nº 8069/90, apurando as causas e as responsabilidades dos pais ou tutores no quadro da obesidade infantil e de desnutrição, indicando a solução adequada para o problema.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará as sanções previstas no Título VII, artigo 249, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

Apoiamento:

Antonio Belinati, Elio Rusch e 01 ilegível.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e a sede do município de Cambira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/07, de 27/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170 no município de Cambira, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e a sede do município.

Fundamentação

Mister vislumbrar inicialmente que no que tange a estadualização de rodovias deve-se observar as disposições trazidas pelo Decreto nº 3921, de 05 de janeiro de 1998, o qual aprova o regulamento da Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, assim determinado:

Art. 1º A Secretaria de Estado dos Transportes - SETR nos termos da Lei nº 8485, de 3 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, especialização, controle e execução das atividades do setor de transportes no estado.

Art. 2º O campo de ação da Secretaria compreende: na área econômica, a definição da política de transportes do estado e a implantação, a ampliação, a melhoria e a integração da respectiva infra-estrutura e, na área institucional, a assistência técnica aos municípios de modo a possibilitar a melhoria das suas infra-estruturas de transportes e a compatibilização de suas iniciativas aos programas de desenvolvimento do estado.

Art. 3º As atribuições da Secretaria abrangem tanto a orientação normativa quanto a execução, através de seus órgãos especializados de administração direta e indireta, constituindo seus objetivos básicos:

(...)

VII - a programação de investimentos na infra-estrutura de transportes, visando à minimização dos custos operacionais das diversas modalidades.

Dentro desse paradigma, observa-se que o legislador, respeitando a previsão do artigo 66, IV da Constituição Estadual, garantiu autonomia suficiente à Secretaria de Estado dos Transportes para deliberar sobre a necessidade ou não, de dispor, alienar ou desapropriar qualquer bem imóvel, bem como implementar as medidas necessárias para adequar a estrutura rodoviária estadual.

É nesse sentido o artigo 66, da Constituição Estadual, a saber:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Em que pese a autonomia da Secretaria de Estado dos Transportes, o projeto em tela possui natureza autorizatória, reservando à Secretaria, a iniciativa para a execução da matéria objeto da proposta em análise, na forma

que melhor lhe convier, dentro do seu plano de administração.

Por derradeiro, verifica-se que no que tange a técnica legislativa utilizada no projeto de lei em apreço, observou atentamente o regramento preconizado pela Lei Complementar nº 095/98, que dispõe acerca da elaboração e redação legislativa.

Conclusão

Tendo em vista o acima exposto, o presente projeto de lei está apto a seguir o seu trâmite regimental, dada a natureza autorizatória do mesmo.

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/07, de 03/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 482/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Ney Leprevost foi submetido ao crivo desta CCJ quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e não sofreu nenhuma restrição, porém *ad cautelam* foi baixado em diligência à SETR - Secretaria do Estado dos Transportes.

Aquela Secretaria pelo expediente Ofício nº 354/07-AT de 17 de julho de 2007, anexou, manifestou-se informando que a referida rodovia não tem nome, esclarecendo que a reivindicação trata da rodovia PR-459, trecho Usina Hidrelétrica de Salto Segredo (COPEL) à cidade de Reserva do Iguaçu.

Fundamentação

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná garante a iniciativa das leis complementares e ordinárias a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ressalvados as de iniciativa privativa do Governador do Estado do Paraná, previsto no artigo 66 da mesma Constituição. Portanto, inexistente qualquer óbice à transformação do presente projeto de lei. Não haverá nenhuma despesa decorrente da sua elaboração atendendo, portanto, os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 2000.

Quanto à técnica legislativa, o referido projeto deverá suprimir a expressão "revogadas as disposições em contrário" do artigo 2º de conformidade com os artigos 8º e

9º da Lei Complementar - LC nº 095/98 que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

Conclusão

Deste modo, com as informações prestadas pela Secretaria dos Transportes deste estado, dando conta da inexistência de nome atribuído ao trecho rodoviário em comento, com as correções pertinentes e verificando-se que o presente projeto de lei é constitucional, legal e atende as regras da técnica legislativa, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 482/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem o objetivo de denominar a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei em análise é homenagear o Sr. Sinval Martins Araújo, que além de advogado brilhante, foi Prefeito Municipal de Clevelândia, Deputado Estadual tendo ocupado, ainda, diversos cargos públicos relevantes.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóveis situados no município de Janiópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 507/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de imóveis do estado ao município de Janiópolis.

Fundamentação

Tal pretensão encontra respaldo constitucional, tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo, explica que “bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, união, estados, distrito federal, municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público (...). O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui tanto bens imóveis como móveis. (grifos nossos)

Desta forma, a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XIII - bens do domínio público.

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do estado;

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Diante dessas previsões constitucionais, verifica-se a subsunção do presente projeto ao exigido em lei, portanto não há óbice quanto a sua tramitação.

Conclusão

Assim, diante da constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 507/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a proceder doação de imóveis situados no município de Janiópolis.

Fundamentação

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob os aspectos constitucional e legal.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei em análise é a construção do Centro de Convivência do Idoso, visto que tal construção acarretará inúmeras benesses a essa municipalidade, proporcionando aos munícipes melhor condição de vida.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/07, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 518/07, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao foro judicial e aos Juizados Especiais, conforme especifica. PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/07, de 18/09/07, em 1ª Discussão).**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 552/07

P A R E C E R :

O projeto que ora se analisa dispõe sobre o reajuste dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, a foro judicial e aos Juizados Especiais, conforme especifica.

Calha dizer que o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, comprovando sua conformação aos requisitos legais e constitucionais.

Esta Comissão de Finanças tem por escopo analisar as proposições em seu viés financeiro, qual seja, analisando o real impacto às finanças de nosso estado a ser trazido pela transformação do projeto em lei cogente.

A proposição ora discutida traz em seu próprio bojo, disposição expressa sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, documento este assinado pelo Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Por esta declaração, está se afirmando que o reajuste demonstra adequação orçamentária e financeira. Isto se consubstancia por toda a documentação arrolada ao projeto, que afora dúvidas comprova o respeito à Lei Complementar nº 101/00.

Vencida esta premissa inicial, é necessário que se esclareça sobre a ausência de impacto econômico, pelo fato de, como já acima exposto, haver conformação aos requisitos exigidos.

Em referência às demais conformações legais, nada há, pela análise efetivada, que possa impedir o prosseguimento do presente projeto, em seu trâmite regimental.

Assim, por todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto, face ao atendimento dos aspectos condizentes ao aspecto financeiro.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder

Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a escola estadual de 2º grau do distrito de Campineiro do Sul, situada no município de Rosário do Ivaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 582/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a escola estadual de 2º grau do distrito de Campineiro do Sul, situada no município de Rosário do Ivaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PROJETO DE LEI Nº 582/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, autoriza o Poder Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a escola estadual de 2º grau do distrito de Campineiro do Sul, situada no município de Rosário do Ivaí.

Fundamentação

Com essa denominação, estaremos homenageando o Sr. Anízio Andrade Silva, morador, comerciante do ramo de medicamentos e político pioneiro do município. Sr. Anízio certamente torna-se merecedor da homenagem pela sua conduta ilibada e pela grande contribuição que prestou como cidadão e homem público.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 05.09.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas, Sr. Presidente, para poder registrar que a Casa tem que, necessariamente, escolher, nesta quinta-feira, na Sessão de amanhã, tem que deliberar sobre os 7 Delegados que representarão a Assembléia Legislativa na

Conferência Estadual das Cidades em Foz do Iguaçu, na semana que vem. Já existem alguns Deputados inscritos, mas é necessário que possamos fechar esta lista de 7 membros, 7 Delegados para que possamos, de fato, ter uma representação efetiva na Conferência Estadual das Cidades, em Foz do Iguaçu, dias 26 e 27 da semana que vem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Vamos conversar com o Presidente Nelson Justus para que até amanhã seja deliberado quem são os Deputados que participarão como Deputados.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2810, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2811, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2817 a 2819, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2826, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu, a princípio, quero aprovar. Eu só queria que o Deputado Elio Rusch, que é um Parlamentar experimentado, pudesse só complementar algumas informações, fundamentando o requerimento, porque me parece interessante o requerimento dele, mas se ele pudesse explicar para até encaminharmos favoravelmente, mas antes eu gostaria de ouvir o nobre autor do requerimento, Deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Apenas informar o Líder do Governo, se o Governo do Estado tem gastado alguns recursos do orçamento próprio na construção dos hospitais públicos do estado do Paraná.

Acho que não carece de mais justificativa, porque no orçamento nós temos uma dotação orçamentária para ver se efetivamente o estado está gastando na construção de hospitais públicos. Só isto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que é razoável, está bem fundamentado. Nós encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 2827, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero apenas encaminhar com uma ressalva. Não vejo nenhum problema de ele apresentar o DVD, desde que ele tenha essa cópia do DVD. Não sei qual é o conteúdo desse DVD, nem sei se é DVD mesmo, e se for uma fita cassete?

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Foi uma apresentação num data-show, o Deputado Dobrandino esteve presente, o Deputado Elton Welter também estava presente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Porque veja, Sr. Presidente, hoje se utiliza muito nas apresentações com data-show o pen-drive. Penso que era melhor o Deputado Elio Rusch discriminar que tipo de palestra foi realizada, porque às vezes o DVD é ferramenta, pode ser um pen-drive com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto o Deputado Elio Rusch se mantém o seu requerimento?

(**Assentimento**)

Aprovado.

Requerimento nº 2812, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2825, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2828, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Vereador Nei de Mamoré. Seja muito bem-vindo.

Também para reforçar o convite para que os nossos nobres Pares, Deputados, Deputadas desta Casa, bem como os convidados e imprensa, que possam, na manhã de quinta-feira, dia 20, participar da Sessão Ordinária onde vamos tratar do tema câncer de mama, o 1º Encontro das Primeiras Damas. Vários municípios já confirmaram presença e gostaria de reforçar a presença dos companheiros desta Casa e sugerir que usem o rosa, porque a marca da campanha é o laço cor-de-rosa. O Líder do Governo e o Líder da Oposição já confirmaram que virão de rosa, Waldyr Pugliesi também já confirmou a presença, de rosa também.

Agradeço o apoio que recebemos da Casa, do cerimonial, dos companheiros, Deputado Carli que foi nosso companheiro como idealizador do laço cor-de-rosa. Muito obrigada pela participação efetiva das Deputadas: Luciana, Beti Pavin, Rosane; à nossa equipe do gabinete, da liderança e a esta Casa como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Reforçamos aqui o convite feito pela Deputada Cida Borghetti para que todos participem amanhã da Sessão desta nossa Assembléia.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Gostaria de registrar a presença do Vereador, companheiro do município de Pinhão, Ademaris Fabrício. E também reiterar o convite para que amanhã todos possam comparecer a Sessão da companheira Cida Borghetti.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Nós aqui, para podermos simplificar e como tem essa Sessão Especial amanhã da Deputada Cida Borghetti, quero dizer o seguinte: consultamos vários Parlamentares, penso que já foram, aqui, escolhidos democraticamente, salvo que alguém tenha alguma coisa contrária, os Parlamentares que representarão a Assembléia Legislativa como Delegados na Conferência Estadual das Cidades em Foz do Iguaçu. Então são os seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Elton Welter, Rosane Ferreira, Professor Luizão, Edgar Bueno, Reni Pereira e Edson Strapasson. Além do Deputado Dobrandino, que na minha avaliação deverá, na Mesa, representar a Assembléia Legislativa, até em homenagem ao ex-Prefeito da cidade, um Parlamentar decano aqui nesta Casa e que merece representar na Mesa a Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de referendar a indicação do Deputado Dobrandino, mais pela postura e imparcialidade que ele teve como Líder do Governo.

Tem o meu referendo também.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Gostaria de fazer o convite aos Srs. Parlamentares que sexta-feira vamos ter o 1º Seminário de Direitos Humanos aqui nesta Casa, no plenarinho. É uma oportunidade de discutirmos um pouco mais um assunto de muita importância para todos nós.

É a Comissão de Direitos Humanos que está fazendo esse primeiro e a abertura vai ser a partir das 9h.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência avisa que haverá Sessão Solene comemorativa aos 154 anos da Polícia Civil do Paraná, por proposição do Sr. Deputado Ney Leprevost, que será realizada às 17h do dia 20 de setembro de 2007, no plenarinho.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Logo após a Sessão estaremos fazendo uma Sessão Extraordinária da Comissão de Obras e Transportes para

analisar o projeto que passou hoje na CCJ, autorizando a COPEL a participar da licitação para concessionárias de pedágio. Estou convidando os nobres Deputados para participarem dessa Sessão.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que não inclua o Projeto nº 552/07, que reajusta os valores dos funcionários ativos e inativos do Tribunal de Justiça, porque ontem fizemos um acordo na Mesa que não votaríamos nada antes de olharmos a situação dos nossos funcionários da Casa.

Então, acho que somos contra o Tribunal de Justiça, nós somos a favor dos funcionários da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Acordo daonde?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Ontem, na Mesa, foi levantado que não votaríamos mais nada, e aqui, ontem, foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se for essa a determinação do Presidente Nelson Justus.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Peço a V. Exa., que está na presidência, que não anuncie. Amanhã terá Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Terá Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Então peço a V. Exa. que não inclua esse projeto nem amanhã e nem segunda-feira, porque na próxima Sessão, na terça-feira, já é final de mês, as folhas já estão prontas para o mês de outubro, no dia 28 é dia do funcionário público, nós vamos comemorar, não precisamos fazer festa, só precisamos dar aumento para os funcionários da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Só para colaborar com o nobre colega. Pode até voltar amanhã o projeto, mas que venha também o projeto de aumento para o servidor da Assembléia. Aí não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não vamos condicionar uma coisa com outra. Vou conversar com o Presidente Nelson Justus e ele vai determinar se vai colocar ou não na pauta. Não vou anunciar.

Por solicitação de V. Exa., Deputado Anibelli, eu não vou anunciar.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 482, 507, 552 e 582/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 474, 476 e 679/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0123/07-A

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GABRIELLA RIBAS FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1752/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8729, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MILTON BAROTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartório, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1753/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8651, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RUBENS CARLOS DA COSTA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1754/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8378, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELOISE CRISTHIANE KALUZNY, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1755/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8379, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO PAULO SIMÕES COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1756/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8189, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EWELYN ADRIANE CHAVES DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1759/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8158, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SILVANA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1760/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8315, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FABIANO DA CRUZ MACHADO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1761/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RONALDO BORTOLUZZI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1763/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8371, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RONI APARECIDO RODRIGUES DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1764/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8476, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDSON LUIZ FASZANK, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1765/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8479, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANO BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, deste Poder, a partir de 01 de agosto

de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1766/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8580, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PAULO BATISTA FERNANDES, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1767/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8581, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE ROBERVAL MOREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1768/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8585, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOAO MOYSES SOARES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1769/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8377, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELIANA MARTINS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1770/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8180, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JUCIMARA MARIA FRANCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1771/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7912, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIO DE OLIVEIRA LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1772/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EDSON LUIZ DE ASSIS TEIXEIRA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1773/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8374, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MIRIAN LEMES, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, deste Poder, a partir de 01 de agosto de 2007, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1774/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1776/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8266, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLEONICE MATEUS DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamede, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1777/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8156, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANNY APARECIDA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1796/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8069, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELIZEU PEREIRA HAILLER, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1820/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8463, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA BARBOSA DE JESUS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1821/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8731, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1822/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8636, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, BELMIRO FLORIANI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1823/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8635, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CALINE NASS FAVRETTO GONDIM, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1824/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8473, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSELI MARIA DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1826/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8483, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, WERLEN GUIMARÃES BARROS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1827/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8482, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA DE FATIMA DA SILVA GUIMARÃES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1828/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8484, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSÉ SUPERTINO MARTINS GUIMARÃES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1829/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8486, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA LUCIA MARTINS GUIMARÃES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1830/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8485, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO EVANGELISTA GUIMARÃES NETO, do cargo em Comissão, do Gabinete do

Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1832/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8179, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GIESIMARA LARA DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1833/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8200, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELZIRA BATTISTON, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1836/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8492, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CARLOS MORAES ROESEL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1839/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8376, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSI DAS GRAÇAS DE ANDRADE, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1840/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7922, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEIA CRISTINA TONELLI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1841/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8320, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VIVIANE CORREA DE QUEIROS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1842/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7913, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA DE FATIMA CARDOSO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1843/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7914, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, HELENA DA GLORIA CALEFFI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1844/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8375, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIZ HENRIQUE PAVIN, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1845/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8373, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RUBEM TAVARES ROCHA JUNIOR, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1846/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8309, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALVARO APARECIDO MARQUES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1847/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8579, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GEORGE HENRIQUE HERWIG, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1848/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8155, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CIROMIR JOSE MACHADO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1849/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7716, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FABIO LEANDRO LANGE, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Stephanes Junior, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1850/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8328, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JAQUELINE GALVAN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1851/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8329, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VALTER CESAR CHALCOSKI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1852/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8325, datado de 15 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ARTUR GABRIEL FERREIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1853/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8647, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SANDRA MARIA MEDINA CARVALHO, do cargo em Comissão, junto a Comissão de Defesa do Consumidor, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

